



ARQUIVO E MEMÓRIA NEGRA: A DOCUMENTAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO NO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH/ CEBRAP-AFRO

ARCHIVE AND BLACK MEMORY: THE DOCUMENTATION OF THE BLACK
MOVEMENT IN THE EDGARD LEUENROTH ARCHIVE / CEBRAP-AFRO

ARCHIVO Y MEMORIA NEGRA: LA DOCUMENTACION DEL MOVIMIENTO
NEGRO DENTRO DEL ARCHIVO LEUENROTH / CEBRAP-AFRO

Aldair Rodrigues

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5360-1120>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Brasil

Mário Augusto Medeiros da Silva

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1938-8722>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Brasil

Paulo César Ramos

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9283-3592>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11456

Resumo: Este artigo descreve o projeto de preservação da memória de acervos produzidos e acumulados por organizações negras desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação Social Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em parceria com o Afro-CEBRAP e linha de pesquisa Hip Hop em trânsito do CEMI (Centro de Estudos das Migrações-IFCH-UNICAMP). Enfocamos as concepções da iniciativa no campo das relações entre arquivos e racismo no contexto mais amplo das lutas antirracistas no Brasil, em geral, e em São Paulo, de modo particular. O projeto entende a relação entre arquivos e antirracismo em duas dimensões. Uma considera o próprio gesto de incorporar materiais ao aparato arquivístico e a outra envolve a busca de um novo paradigma participativo para as práticas arquivísticas. Os acervos nos permitirão reimaginar o papel das organizações negras na história do país e seu futuro. Assim, preservar e garantir o acesso a elas faz parte de uma iniciativa mais ampla para redefinir o lugar da instituição arquivística nas políticas antirracistas.

Palavras-chave: Antirracismo. Arquivo. Memória negra

Resumen: Este artículo describe el proyecto de preservación de la memoria de las colecciones producidas y acumuladas por organizaciones negras desarrolladas en el ámbito del Centro de Investigación y Archivo de Documentación Social Edgard Leuenroth (AEL) de la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP) en asociación con Afro-CEBRAP y la

linha de investigação de hip hop em trânsito do CEMI (Centro de Estudos Migratorios-IFCH-UNICAMP). Nos centramos em las concepções de la iniciativa em el campo de las relaciones entre archivos y racismo em el contexto más amplio de las luchas antirracistas em Brasil, em general, y em São Paulo, em particular. El proyecto entiende la relación entre los archivos y el antirracismo em dos dimensiones. Uno considera el gesto mismo de incorporar materiales em el dispositivo archivístico y el otro implica la búsqueda de un nuevo paradigma participativo para las prácticas archivísticas. Las colecciones nos permitirán reimaginar el papel de las organizaciones negras em la historia del país y su futuro. Por lo tanto, preservar y garantizar el acceso a ellos es parte de una iniciativa más amplia para redefinir el lugar de la institución archivística em las políticas antirracistas.

Palabras clave: Antirracismo. Archivo. Memoria negra

Abstract: This article describes the anti-racist project of developed by the Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - Edgard Leuenroth Archives (AEL) at the State University of Campinas (UNICAMP) in Brazil that involves assembling collections pertaining to black social organizations in the state of São Paulo for preservation and dissemination pertaining to black social organizations in the state of São Paulo. The project understands the relation between archives and anti-racism in two dimensions. One considers the very gesture of incorporating materials into the archival apparatus such as that of AEL/Unicamp and the other involves the search for a new participatory paradigm for archival practices and decision-making. The collections will enable us to reimagine the role of black organizations in the history of the country and its future, thus preserving and ensuring access to them is part of a broader project initiative to redefine the place of the archival institution in anti-racist policies aiming to dismantle racism.

Keywords: Antiracism. Archive. Black memory

Introdução e objetivos

Este artigo¹ descreve o projeto de preservação da memória de acervos produzidos e acumulados por organizações negras desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação Social Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em parceria com o Afro-CEBRAP e linha de pesquisa Hip Hop em trânsito do CEMI (Centro de Estudos das Migrações-IFCH-UNICAMP).

Enfocamos as concepções da iniciativa no campo das relações entre arquivos e racismo no contexto mais amplo das lutas antirracistas no Brasil, em geral, e em São Paulo, de modo particular. O texto está articulado em torno de três eixos principais. No primeiro apresentamos a dimensão conceitual de memória negra e suas implicações nas agendas antirracistas; no segundo eixo expomos a

¹ Esse artigo é uma versão, traduzida, modificada e atualizada de: RODRIGUES, Aldair; MEDEIROS DA SILVA, Mário; RAMOS, Paulo César. Antiracism and black memory in the archives: a project to preserve black organization collections at the University of Campinas (Brazil), **Archives and Records**, 2021, 42:3, 304-323, DOI: 10.1080/23257962.2021.1958769

fundamentação do projeto com base nos debates sobre reparação histórica e direito à memória a partir do legado e paradigma criado por Arthur Schomburg. Formado este arcabouço, no terceiro eixo passamos a tratar dos desdobramentos destas concepções na dimensão mais técnica do trabalho arquivístico, argumentando que uma conduta antirracista demanda transformações nas relações entre o arquivo e os titulares das coleções nas práticas de arquivamento. Para tanto, com base na experiência do AEL, elaboramos a proposta de um arquivo participatório que incluía a agência dos doadores nas tomadas de decisões em geral, na definição das cláusulas dos termos de incorporação das coleções e na descrição arquivística dos registros com expansão dos metadados de contextualização.

O projeto abrange, até o momento, quatorze acervos (entre fundos e coleções). O quadro abaixo detalha a titularidade dos conjuntos, abrangência cronológica e as principais fases em que se encontram em termos de tratamento:

Quadro 1: Fundos do Projeto Memória Negra/Afro Memória

Fundo ou coleção (ordem de entrada no arquivo)	Abrangência cronológica aproximada	Mês/ ano - doação ou parceria
1. Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa – Movimento Negro Unificado	1978-2019	Doado em março de 2020
2. Milton Barbosa – Movimento Negro Unificado	1978-2020	Doado em março de 2020
3. Soweto Organização Negra	1991-2020	Doado em fevereiro de 2021
4. Geledés – Instituto da Mulher Negra	c. 1988-2020	Doado em junho de 2021
5. King Nino Brown	c. 1975-2020	Doado em novembro de 2021.
6. Alexandre de Maio - Era de Ouro do Hip Hop	c. 1990-2021	Doado em março de 2022
7. Estevão Maya Maya	1969-2020	Doado em maio de 2022
8. José Correia Leite	c.1928-1991	Doado em maio de 2022
9. Chico Piauí e Jacira Silva	c. 1978-2021	Doado em junho de 2022
10. Quilombhoje	1978-2022	Doado em junho de 2022
11. Azoilda Trindade	c.1990-2015	Doado em julho de 2022.
12. CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades)	c. 1995-2021	Doado em setembro de 2022.

13. Matilde Ribeiro		Em fase final de negociação
14. Fotógrafo Januário Garcia	1978-2020	Acondicionamento concluído e organização em estágio avançado. Processo interrompido em junho de 2021 - aguardando posição da família

Fonte: Elaboração dos autores.

O Arquivo Edgard Leuenroth foi fundado em 1974 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP para preservar a documentação originalmente acumulada por Edgard Leuenroth, militante sindical e militante anarquista. Mais tarde, ao longo de seus 48 anos de existência, o arquivo ampliou seus fundos e coleções, incorporando material referente aos movimentos políticos e sociais e à história social do trabalho, chegando agora a um conjunto de 148 conjuntos. Apesar de sua crescente diversidade nos últimos anos, como a inclusão de acervos do movimento LGBT a partir da década de 1990, havia uma grande lacuna no arquivo referente à experiência negra. A partir de meados da década de 2010, esse tema ganhou cada vez mais importância na instituição e passou a ser sua prioridade principalmente após a aprovação das ações afirmativas na UNICAMP em 2016.

O projeto para a preservação da memória negra em análise resulta de um esforço coletivo de uma rede de pesquisadores, que inclui integrantes do projeto Afro Memória do CEBRAP-Afro, coordenado por Paulo César Ramos; direção do Arquivo Edgard Leuenroth, ocupada por Aldair Rodrigues e Mário Medeiros; pesquisadoras da linha Hip Hop em trânsito do Centro de Estudos das Migrações do IFCH-UNICAMP, Jaqueline Lima Santos e Daniela Vieira dos Santos (Universidade Estadual de Londrina).

A década de 1970 e os movimentos negros: radicalização de agendas históricas

Na produção da vida social, é possível dizer que a agenda política e organizativa dos novos movimentos negros dos anos 1970 e 1980 se altera de maneira aprofundada, mas sem perder a continuidade com pautas das associações que os antecederam, em São Paulo (e em outros locais do país). A conexão com a última fase da Associação Cultural do Negro, em atividade no período 1954-1976

(SILVA, 2012; SILVA, 2017) e com intelectuais como Eduardo de Oliveira e Oliveira, José Correia Leite, Thereza Santos, Oswaldo de Camargo se estabelece, de um lado, por meio dos eventos e espaços associativos que eles lograram criar e manter (Centro de cultura e Arte Negra, Quinzena do Negro da USP, Seção Afro Latino América do jornal de oposição à ditadura, *Versus*, respectivamente). Também há distanciamentos geracionais (os militantes da geração de 1978 nasceram no final dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950). Contudo permanecem na pauta as demandas históricas da cidadania negra: Educação, memória, direitos políticos (como a liberdade associativa), sociais (pela equidade na riqueza coletiva) e civis (como à vida e o ir e vir) são agudizados pelas urgências em pautar violência e brutalidade policiais, o racismo formador e cotidiano da sociedade brasileira, que precisaria ser criminalizado; a construção e a valorização de uma memória da liberdade alternativa ao 13 de Maio de 1888; a luta cívica contra a ditadura civil-militar; a luta contra o *apartheid* sul-africano; a reivindicação de terras de quilombos; a organização de movimentos de mulheres negras.

Estamos diante de algumas das pautas que culminarão na criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU, 1978); a denúncia do genocídio do negro brasileiro (na obra de Abdias do Nascimento, 1978); a pauta do 20 de Novembro como data nacional de referência para a população negra (pelo grupo Palmares, do RS, em 1971); a criação de um projeto coletivo sobre Literatura Negra (na série Cadernos Negros, 1978 e depois pelo grupo Quilombhoje, 1982); o tombamento do Memorial da Serra da Barriga pelo Quilombo dos Palmares (em Alagoas, 1985); a participação protagonista nas mobilizações pelas Diretas Já e o processo da Constituinte (1986-1988), culminando em uma complexa articulação política para a redação da Constituição de 1988; os protestos pelo Centenário da Abolição(1988); o protagonismo de mulheres negras como Lélia González, Thereza Santos, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, dentre outras, ocupando espaços decisórios da agenda feminista que posteriormente se converteria num movimento de mulheres negras e diferentes organizações de feminismo negro; a criminalização do racismo com a Lei 7.716/1989 (Lei Caó).

Essa agenda agudizada dos movimentos sociais negros rearticulados a partir dos anos 1970 tem sido analisada por uma bibliografia crescente. Os trabalhos de Pereira e Alberti (2007), por exemplo, revisitaram as memórias de militantes que compuseram tais processos, por meio da metodologia da História Oral, descrevendo

uma complexa rede de percepções e atuações em projetos nacionais e internacionais de ativistas e intelectuais negras e negros, culminando na publicação do livro de Pereira (2013), como uma história da criação do Movimento Negro contemporâneo, em sua agenda política no período de redemocratização.

Outra tese de grande importância para reconstituição de aspectos dessa pauta de mobilização política e atuação antirracista do movimento negro contemporâneo, a partir de 1978, foi a de Rios (2014). Preocupada em reconstituir a gênese e atuação do que ela denomina por uma “elite política negra no Brasil”, que logrou alcançar, por meio da organização coletiva, espaços decisórios em instâncias governamentais municipais, estaduais ou federais, Rios avança da organização do MNU e a multiplicidade de atuações dos movimentos negros nos anos 1980, passando pelos mesmos pontos de Pereira, com maior atenção aos processos de organização política no âmbito do Estado, que permitiriam a criação de uma agenda de políticas públicas antirracistas no Brasil, nos anos 1990 e 2000. Da Marcha pelos 300 anos de Zumbi (1995), ao Grupo de Trabalho Interministerial do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), à organização da presença protagonista do Brasil na Conferência de Durban em 2001 contra o Racismo, a Xenofobia e todas as formas de discriminação.

Isto inaugura um cenário mais robusto em termos de articulação transnacional do movimento negro brasileiro, com resultados inéditos, nos primeiros anos do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006): a criação da SEPPIR, a Lei 10639/2003, as ações afirmativas em termos de políticas educacionais no ensino superior e em concursos públicos. Na mesma direção, a dissertação de mestrado de Santos (2015) analisa de maneira detida a mobilização da geração de ativistas intelectuais negros que atuam no movimento da Constituinte de 1988, demonstrando sua capacidade de articulação e aprendizado institucional para pautar políticas públicas de grande relevância, num patamar elevado da longa história da organização negra no Brasil. Pesquisas, como a de Zambrano (2017), sobre o ativismo transnacional negro contemporâneo, tem flagrado a contínua articulação de intelectuais e ativistas mulheres negras brasileiras com movimentos internacionais de mulheres negras na América Latina, desde os anos 1980. Isso ajuda a explicar a permanência de laços e o alcance de conexões entre aqueles grupos de ativistas no âmbito Conferência de Durban, em 2001, chegando à Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência pelo Bem Viver (iniciada em 2015). Foi a geração de

1978 que, numa longa caminhada também institucional, alcançou este patamar. E será aquela geração, na forma das associações que logrou criar nos anos subsequentes e ainda em atividade, que o projeto que organizamos tomará tanto como objeto de investigação quanto, de forma articulada, objeto de organização e preservação de sua documentação.

Memória negra e arquivos: *um olhar desde dentro das organizações*

Em sua teorização sobre memória, Michael Hanchard traça uma distinção entre o processo de construção histórica da memória do estado e as rotas da constituição da memória negra, tanto dentro dos territórios dos estados-nações pós-coloniais como na dimensão extraterritorial da consciência da diáspora. O autor chama atenção para a necessidade de uma melhor compreensão das relações entre uma e outra, sublinhando que a memória negra se forma em tensão com os parâmetros e símbolos das narrativas oficiais:

Devemos considerar e conceituar a memória negra como constituída horizontalmente, com seus depósitos arqueológicos espalhados por vários fusos horários e territórios. A memória de estado (como a maioria das formas de expressão do estado), por outro lado, é constituída verticalmente. Memória de estado nacional e memória negra não são coincidentes. A memória negra, como vou sugerir abaixo, está frequentemente em desacordo com a memória de estado. (HANCHARD, 2008: 2).

No caso brasileiro, quando exploramos preliminarmente o conteúdo dos acervos abrangidos por este projeto, percebemos a centralidade do combate à ideologia da democracia racial como matriz explicativa da memória das relações étnico-raciais no país. Segundo a narrativa propagada pelo estado brasileiro, particularmente durante a ditadura militar, o Brasil era um país multiétnico destituído de racismo e, portanto, poderia ser tomado como contra-exemplo de sociedades flageladas pelas chagas do ódio e segregação racial, como era o caso dos Estados Unidos e a África do Sul. O desmantelamento desta narrativa falaciosa, que não se sustentava quando confrontada com os números da realidade social brasileira, era crucial para a legitimação de uma agenda de reivindicações para o combate às desigualdades étnico-raciais brasileiras e uma contestação da memória coletiva brasileira. Notamos a importância desta pauta em praticamente todas as coleções abrangidas pelo projeto. Portanto, da documentação emergem itinerários

alternativos para acessarmos as formas de compreensão do passado afro-brasileiro pela população negra, revelando o lugar da memória em sua atuação política e seus desdobramentos no desenho das pautas de reivindicações. A luta para que o estado brasileiro reconhecesse a discriminação racial estava ligada à crítica radical ao modo como o passado era explicado por meio de uma miríade mais ou menos coesa de imagens, símbolos, discursos sobre o lugar do negro.

Este aspecto se acentua na proximidade das comemorações do centenário da abolição da escravidão que aconteceriam em 1988. As atas do Movimento Negro Unificado presentes na coleção Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa, por exemplo, atestam a pressão pelo reconhecimento oficial da luta dos negros pela liberdade durante a escravidão, com destaque para o longevo Quilombo de Palmares e seu líder Zumbi, e de modo particular, a centralidade do engajamento dos escravizados e libertos no abolicionismo. Tentando implodir a narrativa da memória oficial da abolição, que tinha a princesa Isabel e a lei áurea, de 13 de maio de 1888, como a figura mais importante daquele evento histórico; combatia-se a ideia de que o fim da escravidão foi uma concessão da família imperial, apagando o protagonismo negro no processo. Assim, os acervos oferecem uma visão alternativa sobre as relações entre memória das relações étnico-raciais no país e a ação política.

Finalmente, o período abrangido pelo projeto pode ser caracterizado pelo enfrentamento ao que as organizações negras concordaram em chamar de mito da democracia racial. Bem associada à uma batalha de tipo ideológico, cumpria-se a tarefa de fazer a desconstrução da ideia de que a convivência entre brancos, negros e indígenas, no Brasil, ocorria de forma harmoniosa, livre de conflitos e segregação de tipo racial. A expressão democracia racial, que fora gestada por décadas por diversos atores ligados à academia e ao governo brasileiro (FERNANDES, 1978), passa a ser o principal tema da crítica negra, do que se convencionou chamar de movimento negro contemporâneo, após 1978. Apesar de sua polissemia (GUIMARÃES, 2019), o protesto negro politizou esta ideia, tornando-a um dos principais obstáculos para a manutenção da subalternidade de pretos e pardos no Brasil e da desigualdade racial.

Em defesa de certa “democracia racial” passavam todas as formas de negação da existência de racismo, conflito racial e segregação racial, mas também da inexistência de desigualdade racial, de práticas discriminatórias e da natureza racializada, da exclusão e pauperização de não-brancos no Brasil (HASENBALG,

1979). O combate político a esta ideologia a configura como uma hegemonia racial (HANCHARD, 2001), uma vez que sob ela estão assentadas posições de poder, formas de produção e reprodução de determinadas relações entre grupos raciais. Sendo assim, grande parte dos esforços presentes nos arquivos reunidos neste projeto estão dedicados a expor, compreender, problematizar e fornecer alternativas para situação de negros no Brasil, sempre levando em consideração este quadro sociológico mais amplo.

Acumular referências, informações e imagens produzidos pela imprensa sobre a atuação política dos movimentos negros normalmente são gerados a partir de eventos como protestos e intervenções diversas, que normalmente aconteceram em espaços públicos ou por meio de comunicados expedidos pelos ativistas ou suas assessorias de imprensa. Portanto, desses pontos de vista, as narrativas tendencialmente carregam filtros exógenos, no sentido de que são geradas pelos funcionários dos órgãos de notícia, ou produzidas pelos agentes dos movimentos para o público externo. Muitas vezes este filtro é constituído por visões estereotipadas em razão da falta de diversidade nas redações e da longa história das formas de ver e falar sobre a experiência negra no Brasil. Outra dimensão exógena da memória do protagonismo negro seria constituída no âmbito das lacunas e ausências de registros produzidos por protagonistas negros no aparato de memória gerido pelo estado.

Os acervos legados pelas organizações e lideranças enfocadas neste artigo, em contraste, possibilitam-nos acessar por dentro o cotidiano das organizações e as múltiplas articulações que aconteceram fora do alcance do olhar público. Dão acesso a informações produzidas pelos próprios membros das organizações, contendo suas visões de mundo, o diagnóstico que faziam da história do país, do presente que viviam e a formação de suas agendas de emancipação e propostas de futuro.

Esta inflexão está relacionada também à preservação dos modos de acumulação e formação das coleções em primeira pessoa. Na prática de empilhar papéis, vídeos, cartazes, faixas e separá-los preliminarmente em caixas ou armários, vão deixando pistas sobre as lógicas subjacentes ao processo de decisão sobre o que seria preservado para contar suas histórias no futuro. Isto acontece em vários níveis de intenção combinadas com o acúmulo aleatório e distraído. Muitas vezes essa acumulação não era o objetivo central de suas atividades, mas tinha

importância no cotidiano das organizações ou de seus titulares. Rastros de seus usos são encontrados em etiquetas efêmeras colocadas em envelopes ou caixas, seja para uso corrente das próprias organizações ou para serem guardados, revelando pistas sobre intenções de preservação da memória e interferência consciente na forma como suas trajetórias seriam narradas no futuro. Deste modo, os gestos e práticas que formam os acervos dos movimentos negros constituem, em si, narrativas sobre memória, revelando uma compreensão de seus lugares no mundo social. Documenta suas concepções sobre memória e os significados dos acervos para a rede de ativistas da qual fazem parte, para as suas comunidades e para o país e como interferem conscientemente ou não no acúmulo de registros que testemunham seus legados.

No conjunto global, treze acervos documentam momentos importantes da atuação de indivíduos e grupos na luta pelos direitos humanos durante a ditadura militar e depois na assembleia constituinte da qual derivou a constituição de 1988; os protestos e as reivindicações pelo ensino de história da África e da cultura afro-brasileira na educação básica; a luta contra a violência policial nas comunidades negras; a reivindicação de políticas de reparação histórica, igualdade racial e ações afirmativas no ensino universitário e em postos de serviços públicos; a formação e expansão do feminismo negro; alianças com lideranças africanas na luta contra o *apartheid*; articulações internacionais que prepararam a participação brasileira na conferência de Durban em 2001; ativismo e literatura negra; movimento hip hop; produção cultural em diversos campos etc. O único acervo que remonta à primeira metade do século XX é o de José Correia Leite, personagem crucial na história do movimento negro brasileiro.

Em cada evento e em cada um de seus registros estão guardados os esforços de produção de alianças políticas e a construção de redes de cooperação nacionais e transnacionais. Isto inclui alianças e redes entre as próprias organizações do movimento negro, organizações de movimentos sociais e sindicais etc. Também inclui a relação com instituições do poder público, mandatos de legislativos, organismos do governo federal, governos municipais etc. Vê-se um intento mais global de sentidos emancipatórios que incluem múltiplos atores e instituições que se movimentam em arenas locais, nacionais e transnacionais. Confirma-se, na reunião daqueles acervos num só lugar, o que a bibliografia expõe de maneira isolada.

Os itens das coleções nos deixam entrever também as interconexões entre memória e história, uma influenciando a outra. Elas contêm inúmeras cópias de textos acadêmicos (ou documentos históricos) lidos e anotados pelas lideranças dos movimentos negros. Desde as décadas de 1970 e principalmente 1980, a historiografia da escravidão e do tráfico começou a passar por uma renovação como consequência dos influxos da “*history from below*” que levaram os historiadores a analisar o passado considerando a agência histórica dos escravizados. A historiografia profissional começou a reconhecê-los como sujeitos e a estudar suas culturas políticas, sonhos, recordações e visões de mundo, levando a uma redefinição dos modos de compreensão das dinâmicas da escravidão, da experiência afro-brasileira e da formação histórica da sociedade brasileira (RIOS, 2014: 147-148).

Multiplicidade como estratégia antirracista para desmantelamento de história única

Ao coletar e preservar fundos e coleções de diferentes personagens e diversas organizações em uma mesma instituição, tornamos possível a consulta a múltiplas vozes referenciadas em uma multiplicidade de projetos, tendências ideológicas e formas de articular as questões raciais em conexão com outros aspectos da dinâmica política, social e institucional brasileira. O processamento técnico da documentação e o sistema de busca permitirão a recuperação de informações sobre um mesmo personagem ou uma mesma organização em várias coleções de um modo que não seria exequível se estivessem dispersos em diferentes lugares. Isso viabiliza que os pesquisadores mapeiem divergências e convergências possíveis em torno de projetos antirracistas comuns.

Configura-se, assim, um dos principais objetivos do projeto: o desmantelamento de uma história única da experiência histórica e ação política negra no Brasil contemporâneo, que muitas vezes invisibiliza a multiplicidade da sua ação histórica em função do viés analítico racializador que permite sua redução a uma única perspectiva. A diversidade dos fundos possibilita verificar a pluralidade de projetos e de estratégias de enfrentamento do racismo. Porém, mais do que isso: não se trata apenas de uma contribuição para a história do protagonismo negro, o objetivo é construir possibilidades para a escrita de uma nova história do Brasil, visto

que a ação social dos atores sociais que produziram as coleções atravessa e define aspectos cruciais da formação histórica do país.

Arquivos, preservação e reparação histórica

A grande maioria dos acervos preservados nos arquivos e centros de memória ou de documentação instalados nas universidades brasileiras são compostos por materiais reunidos pelos professores ao longo de suas carreiras. Quando se trata de acervos dos movimentos sociais, tendencialmente as coleções são prospectadas e captadas a partir de iniciativas mediadas por docentes e alunos de pós-graduação que, conhecendo a importância dos seus conteúdos (ou seu valor secundário, para usar uma definição da arquivística) e os riscos que os ameaçam, recorrem às direções dos arquivos para advogar a sua salvaguarda. Este arcabouço dentro do qual desenrolam-se as relações sociais acadêmicas acaba definindo o perfil das coleções.

Com o passar do tempo, se a reputação da instituição cresce entre os movimentos sociais, ela pode se tornar uma referência para os membros dos movimentos e eles próprios passam a procurar os funcionários do arquivo para doação. Em boa medida, no entanto, o conteúdo preservado no aparato arquivístico das universidades públicas espelha o universo social dos grupos que orbitam seus departamentos, suas agendas de pesquisa e seu engajamento político. Esta dinâmica explica, em parte, a ausência nesses espaços de coleções cujos titulares são cidadãos negros por conta da sua longa história de exclusão na educação superior brasileira, desdobrando-se na vulnerabilidade dos acervos que produziram, distantes das redes sociais que permeiam as instituições de memória e seus canais de incorporação de acervos. Há exceções que contrariam tal tendência, como é o caso da Unidade Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão - Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)², criada em 1998, que preserva os acervos de Eduardo de Oliveira e Oliveira e Thereza Santos; e o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal de Alagoas, que guarda o acervo ligado ao memorial da Serra da Barriga e produção de intelectuais negros no debate em torno da memória de Palmares.³

² <https://www.ueim.ufscar.br/sobre> . Acesso em 16 dez. 2022.

³ https://www.instagram.com/neabiufal_40anos/?hl=en . Acesso em 16 dez. 2022.

O projeto aqui em análise é informado pela compreensão de que os arquivos públicos brasileiros devem assumir um compromisso social e político de reparação e recuperação histórica na busca pela promoção da justiça e igualdade racial num país que foi o maior destino do tráfico de pessoas escravizadas das Américas e o último país do continente a abolir a escravidão, representando hoje o país com maior população negra fora da África⁴ (ELTIS e RICHARDSON, 2010). Eles perfazem 54% da população brasileira, segundo dados do último censo. Apesar disso, de acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2019), 75% das vítimas de homicídio no Brasil são negros, em sua maioria jovens entre 15 e 25 anos; e 66% das vítimas de feminicídio são mulheres negras. Apesar dos índices alarmantes da desigualdade étnico-racial, o estado brasileiro sistematicamente eximiu-se de construir políticas públicas robustas para enfrentar o fenômeno.

Acreditamos que a vulnerabilidade social das comunidades negras se reflete no desmantelamento sistemático de registros que documentam sua experiência e vozes, tornando-as ausentes nas instituições públicas responsáveis pela preservação da memória social. Portanto, no Brasil, pretos e pardos morrem duas vezes: primeiro pela morte física e segundo pelo apagamento da memória (SILVA, 2020). Os arquivos têm um papel a cumprir na formulação de iniciativas para a promoção da cidadania negra por considerarmos que o direito à memória é elemento importante dos direitos humanos. É neste quadro que compreendemos a relação entre arquivos e políticas antirracistas e onde situamos esta iniciativa de preservar e difundir a memória negra no AEL.

Arthur Schomburg e a luta pela formação de arquivos negros

Arthur Schomburg definiu um verdadeiro paradigma para a preservação da memória negra a partir de seu trabalho de prospecção, recolha e formação de coleções contra o apagamento da história da experiência negra nos Estados Unidos e na diáspora, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, no auge do *Harlem Renaissance*. A sua trajetória tem sido revisitada nos últimos anos e vai ficando mais evidente o seu legado no plano das intersecções entre arquivo, memória e história. Por exemplo, Adalaine Holton sublinha a relevância da *theory of historical recovery* articulada por Schomburg tanto em sua prática colecionadora como em seu texto

⁴<https://www.slavevoyages.org> . Acesso em 16 dez. 2022.

"The Negro Digs Up His Past", escrito em 1925 para o número especial ("Harlem: Mecca of the New Negro") da revista de sociologia *Survey Graphic*, reeditado no mesmo ano pelo filósofo Alain Locke no volume "The New Negro". Neste ensaio ele argumenta que "a história deve recuperar o que a escravidão levou, pois é o dano social da escravidão que as gerações atuais devem reparar e compensar⁵ (SCHOMBURG, 1925: 670). No seu esforço para construir um arquivo afrodiaspórico, Schomburg produziu uma "contra-memória" dos Estados Unidos e do Ocidente, que abala os "fundamentos epistemológicos da ciência racial e as narrativas mestras da história ocidental"(HOLTON, 2007). O duplo desígnio da recuperação do passado africano seriam: "incutir orgulho racial na juventude negra e combater o preconceito branco"⁶ (HOLTON, 2007: 228) Isto porque, no entendimento de Schomburg, a segregação racial se desdobrava na segregação das pessoas de descendência africana de seu passado, portanto este quadro seria transformado por meio da formação de acervos documentais, bibliográficos e obras de arte sobre as realizações da população negra (HOLTON, 2007: 219; HUGHES-WATKINS, 2018). No que toca à dimensão local, ele pretendia devolver à comunidade negra do Harlem um "sense of background" por meio de um centro de documentação e biblioteca (HOLTON, 2007: 219)

Hannah Ishmael examina o legado de Schomburg para repensar os cânones da teoria arquivística à luz dos valores e usos dos arquivos no contexto do engajamento do colecionador no movimento panafricanista em busca de *recovery* e, ao mesmo tempo, de transformação. A autora argumenta que a história da teoria arquivística deve dar mais reconhecimento para a contribuição de visões alternativas sobre o papel dos arquivos na formação de memória e identidade (ISHMAEL, 2018).

O impacto e significância do legado de Schomburg no campo da preservação e difusão da memória negra ganham em escopo quando inseridos no contexto mais amplo dos Estados Unidos, particularmente se lembramos que no *American South* o acesso da população afro-americana aos arquivos e bibliotecas era perpassado pelas leis Jim Crow, como foi extensamente documentado por Alex Poole no seu artigo "The Strange Career of Jim Crow Archives" (POOLE, 2014:23-63). Um pouco depois do *Harlem Renaissance*, em meados do século XX, as políticas de

⁵ Original em inglês: "History must restore what slavery took away, for it is the social damage of slavery that the present generations must repair and offset".

⁶ Original em inglês: "instilling racial pride in black youth and combating white prejudice"

segregação continuavam sendo adotadas nos arquivos e bibliotecas daqueles estados, reiterando a já estabelecida tese de que os arquivos não são neutros, eles participam das dinâmicas sociais e políticas dos contextos em que estão inseridos.

No campo historiográfico, os desdobramentos do debate sobre políticas de reparação e enfrentamento do legado da escravidão nas Américas foram abordados por Catherine Bergin e Anita Rupprecht quando questionaram: “se a demanda por reparações força o mundo contemporâneo a enfrentar seu passado escravocrata, o que isso faz com as narrativas históricas que estruturaram esses passados?”⁷(BERGIN; RUPPRECHT, 2016: 5) *Reparative* significa principalmente, segundo as autoras, deslocar a agência histórica dos escravizados e seus descendentes das margens para o centro das análises, tensionando narrativas hegemônicas na historiografia. Este movimento aconteceu no bojo da difusão da já mencionada *history from below* nos estudos sobre escravidão. Mais do que escravos, eles emergem na historiografia como sujeitos escravizados.

Quanto às análises sobre agência histórica negra em contextos contemporâneos, Colin Prescod, em diálogo com Bergin e Rupprecht, compreende *reparative histories* como o resgate das histórias radicais de resistência ao racismo por meio da coleta e preservação de documentação que registra a ação histórica de seus protagonistas. O foco de sua análise é a atuação de ativistas negros no contexto britânico dos séculos XX e XXI (PRESCOD, 2017: 83).

A preocupação com a memória e a história sempre estiveram presentes nas agendas de reivindicações das lideranças e membros dos movimentos negros brasileiros. Por exemplo, ao longo do século XX, sobretudo a partir de 1970, pautaram a necessidade de inclusão do ensino de História da África e da diáspora na educação básica, bem como combateram a perpetuação de uma visão estereotipada e reducionista da história da experiência negra. Tal luta resultou conquista em 2003 com a aprovação da lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história africana e da cultura afro-brasileira nas escolas. Acreditamos que o projeto de preservação de acervos de memória negra em parte contribuiu para o atendimento das reivindicações do movimento, além de documentar a própria história desta luta até a configuração da lei de 2003. O material dos fundos e coleções também oferece subsídios diretos para a educação se considerarmos que

⁷ Original em inglês: “if the call for reparations forces the contemporary world to face its slaving past, what does this do to the historical narratives which have structured those pasts?”

o campo das reivindicações por cidadania negra, como argumenta Gomes (2017), é uma importante arena de produção de conhecimento, que tensiona e desestabiliza formas hegemônicas de ver e interpretar o mundo.

Na Universidade Estadual de Campinas, este projeto tornou-se urgente no contexto da aprovação das ações afirmativas pelo conselho universitário no final de 2016 como forma de reparação histórica e inclusão étnico-racial. O arquivo deve assumir uma posição dianteira na consolidação e expansão desta política pública de promoção de justiça e igualdade racial. Preservar e difundir coleções que possam servir como referências para que os estudantes negros tenham a possibilidade de se conectarem a uma universidade em transformação. O arquivo deve oferecer novas possibilidades de reconstituição histórica da experiência negra no Brasil, contextualizar as lutas contra a discriminação racial e a luta por cidadania, subsídios que viabilizam novos paradigmas epistemológicos para a produção de conhecimento permeável à agência negra e para a construção da identidade negra referenciada na História do Brasil e da diáspora.

É neste pano de fundo que entendemos o sentido de recuperação e reparação histórica por meio da preservação da memória negra, engajando o Arquivo Edgard Leuenroth numa agenda antirracista.

Abordagem participatória e agência social

No plano das técnicas e práticas arquivísticas, a perspectiva de recuperação e reparação histórica se desdobra em abordagem participatória como principal meio de alcançar os objetivos expostos acima. Esta conduta ganhou força nos últimos anos no âmbito das discussões sobre os *community archives* e vem sendo definida e utilizada por profissionais que lidam com acervos de grupos que foram vítimas de discriminação e violação de direitos humanos, de modo a evitar a reiteração do processo de marginalização nas práticas arquivísticas. Segundo Anne J Gilliland-Swetland e Sue McKemmish,

Nos Estados Unidos, comunidades étnicas, raciais e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) estão entre os desenvolvedores mais proeminentes de arquivos comunitários (...) um arquivo participativo pressupõe que os criadores ou doadores de conteúdo se tornem participantes-chave no processo arquivístico⁸ (GILLILAND-SWETLAND e MCKEMMISH, 2014: 81-84).

Localizada nesta dimensão ética e moral, a instituição arquivística deve ser compreendida como espaço de negociação e de reconciliação que respeita os valores, práticas, crenças e necessidades das comunidades invisibilizadas e silenciadas pelo estado ou pelos aparatos oficiais de memória (GILLILAND-SWETLAND; MCKEMMISH, 2014: 79-80). A relação do arquivo com as comunidades que produziram os registros passa a ser reequacionada ao incluir a agência dos produtores ou acumuladores no processo de tomadas de decisões pelos profissionais dos arquivos, bem como na construção dos instrumentos de pesquisa durante a catalogação e no tratamento das coleções que lhes dizem respeito de modo geral. Assim os processos envolvendo o trabalho arquivístico deixam de ser unilaterais.

Uma outra vertente da definição de *participatory archive* (ou abordagem participatória) enfatiza a iniciativa dos usuários no processo de produção de conhecimento sobre os itens dos acervos, que se transformam em informações incorporadas na descrição arquivística. Parte-se do entendimento de que, a partir de suas experiências de pesquisa, os consultantes podem descobrir conexões entre os itens de diferentes coleções e fornecer informações de contextualização sobre os registros. Tudo isso é transformado em metadados complementares de contextualização. Segundo Huvila (2008: 33), o objetivo é "fazer uma tentativa explícita de capturar um contexto mais amplo do material arquivístico para além de sua proveniência."⁹ Estas abordagens experimentais abertas a um usuário cada vez mais ativo se torna viável no contexto dos repositórios digitais, quando as ferramentas de busca e requisição incluem campos interativos para a recolha de informações geradas pelos pesquisadores. Isto não significa banalizar o trabalho dos arquivistas ou os cânones da ciência arquivística, pois aquele potencial acréscimo de dados deve ser posteriormente filtrado por princípios elementares da ciência

⁸ Original em inglês: "In the United States, ethnic, racial and Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT) communities have been among the most prominent developers of community archives". (...) "a participative archive assumes that the creators or donors of content and those formerly treated as the subjects of records are key participants with agency in the record."

⁹ Original em inglês: to making an explicit attempt to capture a wider context of archival material beyond its provenance.

arquivística (HUVILA, 2008: 27). Em nosso projeto, dialogamos com os autores desta perspectiva participatória, mas deslocamos ênfase principal da participação para os produtores e formadores das coleções.

A abordagem participatória vem sendo adotada de modo experimental nas várias fases do trabalho. Ela inclui inicialmente o diálogo estabelecido com os titulares no processo de decisão sobre a incorporação ou não das coleções ao arquivo, pois eles atuam ativamente na construção das cláusulas do termo de doação, que são flexibilizados para atender seus apegos, receios, e dar lhes segurança na transmissão do acervo para a universidade; assim como inclui a descrição arquivística e difusão, caso optem pela doação, ou múltiplas outras formas de cooperação, caso decidam manter os acervos. Onde haveria uma disruptura a partir do momento que os seus acervos são incorporados no arquivo, eles entram como agentes participantes e não sujeitos passivos.

Visitas e diálogos entre os profissionais do arquivo e os titulares dos acervos

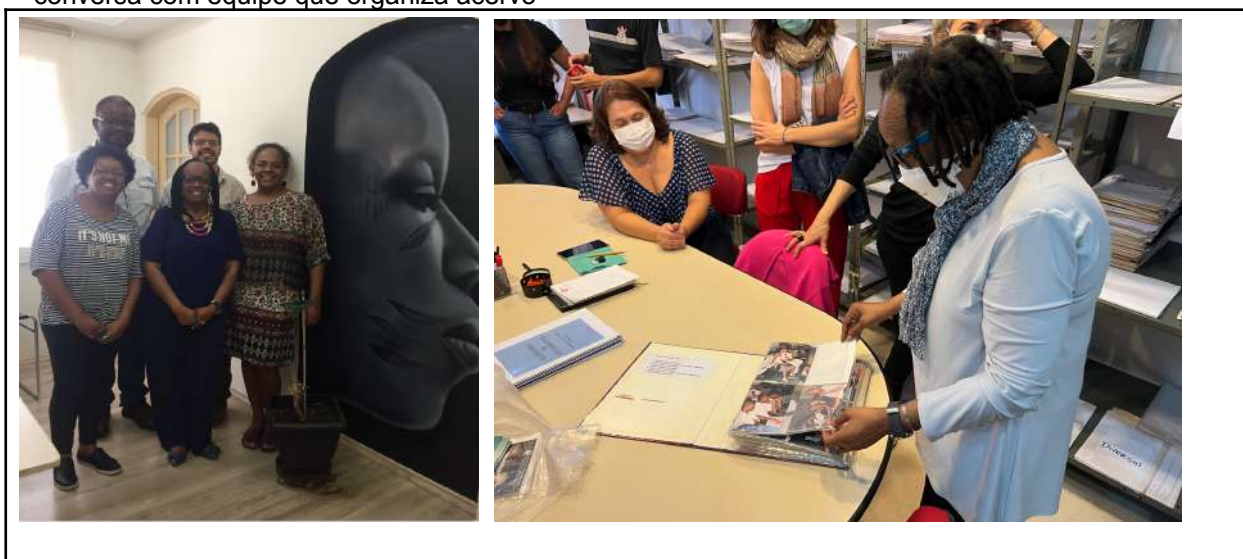
O histórico brasileiro de desigualdades étnico-raciais repercute na desconfiança do ativismo negro às instituições, ante a falta de representatividade e exclusão. Até há poucos anos sua experiência social entrava nas universidades apenas como objeto de estudo; não como sujeitos de produção de conhecimento. O quadro começou a mudar no Brasil com a implementação das políticas afirmativas a partir dos anos 2000. Tais fatores devem ser compreendidos com sensibilidade na dimensão mais ampla das relações étnico-raciais do país, sendo parte integrante das políticas de preservação da memória negra, sobretudo nas políticas de aproximação dos titulares das coleções e mapeamento de acervos em risco.

Para abordar essas questões, no AEL adotamos a prática de visitas recíprocas às organizações e ao arquivo para estabelecer diálogo efetivo entre a direção do arquivo e os titulares dos acervos potencialmente doadores ou parceiros. A ida dos diretores e técnicos do arquivo às sedes das organizações ou residência dos ativistas possibilita uma experiência de escuta sobre suas demandas, reservas e expectativas, assim como a avaliação preliminar das condições de preservação, dimensões do acervo e necessidades mais urgentes.

Nessas visitas é possível iniciar também um trabalho de recuperação da história da acumulação do acervo, o qual será aprofundado caso a decisão seja doá-los ou estabelecer parcerias com o arquivo. De outro lado, o convite e viabilização da visita dos titulares ao arquivo tem a função de lhes apresentar as instalações, laboratórios e políticas de preservação e difusão, tomando como exemplos coleções que estão em várias etapas de tratamento no AEL.¹⁰ O objetivo final não é necessariamente obter a doação dos acervos para a universidade, a política de preservação pode acontecer por meio de um amplo leque de parcerias. Deixamos em aberto a possibilidade de não quererem doar e de não serem incluídos no arquivo. Aqui ponderamos com Flinn (2001) sobre o direito de ficar calado e operar fora do sistema. Para o autor, esse tipo de abordagem participativa do processo de arquivamento deve levar em consideração o desejo dos sujeitos e grupos de serem ou não incluídos no sistema de arquivo. É uma demanda relacionada a quem tem autoridade para falar no sentido de um reequilíbrio do patrimônio arquivístico.

As fotos abaixo exemplificam algumas dessas visitas e outras podem ser vistas no perfil do AEL no Instagram: @ael.unicamp.

Figura 1 - Diretores do AEL visitam a sede do Geledés– Agosto de 2019; Sueli Carneiro (Geledés) conversa com equipe que organiza acervo



Fonte: Autores, 2019. Autores, 2022.

Figura 2 – Reginaldo Bispo e Membros da Soweto visitam o AEL e conversam com equipe que organiza seu acervo – Novembro de 2020 e julho de 2022; Milton Barbosa e Regina Santos visitam AEL e conversam com equipe do projeto e técnicas que organizam seu acervo (Marli Marcondes e Denise Gonçalves)

¹⁰ A vinda dos titulares ao arquivo é financiada pelo Cebrap/Afro ou pela Unicamp e o roteiro da visita guiada é preparada pelas funcionárias do setor de difusão Marina Rebelo e Maria Dutra.



Fonte: Autores, 2022.

Juntamente com a desconfiança em relação aos órgãos ligados ao estado, há um grande apego dos doadores aos documentos, que guardaram por tantos anos, ao mesmo tempo que começam a se preocupar com a guarda e preservação, além de seu papel na formação de novas gerações de pesquisadores que possam escrever a história do Brasil a partir de ângulos novos. O projeto do AEL-Afro Cebrap-Cemi é sensível e permeável a este aspecto e isto se reflete na busca de encaminhamentos e soluções na hora da construção das cláusulas dos termos de doação ou de cooperação.

A flexibilidade que compõe o projeto atual é baseada na experiência anterior de preservação e digitalização dos acervos dos clubes negros do interior de São

Paulo¹¹. Na interlocução com os responsáveis pela guarda da documentação nas sedes dos clubes ou na residência dos seus membros e respectivos familiares, ficaram evidentes os vínculos afetivos mediados pela documentação e o seu papel de referência para as comunidades em que estava inserida. Foram três os formatos principais de cooperação estabelecidos. a) No primeiro, o AEL transportava o material para higienização, restauração, processamento e digitalização e, no final, devolvia com instruções sobre preservação no local em que ficaria abrigado. Uma cópia digital do acervo e respectivo instrumento de pesquisa fica no AEL e em seu repositório. Foi esse o caso dos acervos da Sociedade Treze de Maio de Piracicaba (1901), Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio de São Carlos (1927), Sociedade 28 de Setembro de Sorocaba (1945), Sociedade Princesa Isabel de Batatais (1952). b) Na segunda possibilidade o clube doava o acervo ao AEL e este, ao final da digitalização, fornecia uma cópia aos titulares doadores, como aconteceu com Acervo de Benedito Evangelista, ativista negro de Campinas e preservador da memória de diferentes associações negras da cidade, desde o começo do século XX; c) A última possibilidade, seria a doação unilateral para o arquivo¹².

Além do conceito de arquivo participatório, já discutido neste artigo, esta conduta institucional é inspirada nas reflexões que formam o campo do ativismo arquivístico (*archival activism*) e arquivos comunitários. Elas ampliam a noção de arquivos para além das instituições formalizadas e compreende que os acervos mantidos pelas lideranças negras funcionam como arquivos comunitários e assim são partes integrantes do ecossistema que media a relação de grupos socialmente excluídos com a guarda de sua memória, mesmo que em condições que não são consideradas adequadas, conforme os parâmetros de preservação da ciência arquivística. Além das comunidades negras, este processo tem sido observado também nas comunidades LGBTQI+ em diversos países, principalmente quando há maiores níveis de violação de direitos humanos pelo estado e, conseqüentemente, maior desconfiança das instituições do aparato oficial (WEXELLBAUM, 2015).

¹¹ Associações negras existentes, em São Paulo, desde o final do século XIX, no pós-abolição e algumas ainda em atividade. As mais antigas em atividade atualmente são Sociedade Beneficente Cultural 28 de Setembro de Jundiaí (fundada em 1897), Sociedade Beneficente Recreativa Treze de Maio de Piracicaba (1901) e Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio de São Carlos (1927).

¹² Sobre o projeto, ver: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/97703/as-cores-da-cidadania-os-clubes-negros-do-estado-de-sao-paulo-1897-1952/> Acesso em: 16 dez. 2022.

O estabelecimento do histórico das coleções

A compreensão dos significados dos acervos para os ativistas e a tradução do seu protagonismo político e social no processo de organização dos fundos e de disponibilização dos instrumentos de pesquisa é encaminhada por meio de duas estratégias convergentes. Primeiro, envolve a gravação de uma série de entrevistas com os ativistas que formaram os acervos com um roteiro básico de questões sobre suas trajetórias de forma a conseguirmos contextualizar os desdobramentos de suas ações no acúmulo da documentação. Além disso, no registro visual, tiramos fotografia e gravamos pequenos vídeos com eles no acervo comentando alguns *highlights* e documentos que julgam mais significativos em suas vidas. Tudo isso contribui para a construção do quadro de arranjo, que melhor traduza a importância e significados dos conjuntos de itens na vida do seu acumulador e suas lógicas de acumulação. Isto é particularmente importante no caso das coleções pessoais. Este material ficará disponível no site do projeto, mas também as informações estão sendo utilizadas na catalogação e descrição arquivística do acervo no *software* Atom e Arquivematch. Em suma, o acúmulo de conhecimento gerado desde as primeiras conversas com os titulares das coleções subsidia as tomadas de decisões envolvendo as práticas de preservação, processamento e difusão.

Evidentemente, o trabalho de catalogação busca contemplar as formas mais eficazes possíveis para que os pesquisadores cheguem às informações em suas pesquisas. No entanto, não ignoramos o valor secundário dos acervos. Na verdade, é justamente por reconhecer o valor secundário e seu potencial para uma historiografia do Brasil contemporâneo mais permeável ao protagonismo histórico dos agentes dos movimentos negros que eles estão sendo incorporados à universidade. Não se trata, portanto, de um trabalho como é feito com acervos produzidos por instituições onde se preserva a estrutura organizacional do órgão na organização dos conjuntos documentais. No caso deste projeto a catalogação busca compreender a trajetória dos formadores das coleções e os marcos mais importantes de suas vidas públicas em relação aos eventos mais importantes do país e também em relação aos grandes marcos e episódios mobilizadores do movimento negro.

Outro ponto importante da abordagem participativa é seu impacto nas decisões sobre como processar e difundir os documentos referentes às vítimas de

racismo que estão presentes em cópias de processos, como é o caso, por exemplo, do projeto SOS Racismo do Geledés¹³. Isso ajuda a equacionar eticamente a questão da privacidade no arquivo e as consequências da exposição das vítimas. O direito à privacidade e a preservação da dignidade humana no contexto digital devem constituir um elemento importante na construção de um projeto que concilia memória e direitos humanos na era digital. A colocação desse material na internet, embora inquestionavelmente amplie o acesso às coleções, elimina o aparato de mediação do setor de atendimento dos arquivos onde poderia ser desenvolvido um trabalho de sensibilização sobre o teor da documentação contendo violações de direitos humanos e racismo (BARBOSA, 2014; BUTTARELLI, 2017).

Expandindo metadados de contextualização

O intenso diálogo estabelecido com os doadores durante a organização do acervo em parte é transformado em metadados de contextualização durante o processo de catalogação e descrição arquivística. As informações recolhidas nos possibilitam ir além dos descritores tradicionais sobre a materialidade do suporte e tipo de informação ali registrada; enriquecer o campo “notas” e sobretudo o campo “assunto”. Quanto mais ouvimos as pessoas que acumularam os documentos recebidos ou que os produziram durante o *archival description*, mais nos aproximamos dos circuitos que permearam a sua circulação e os significados que tiveram quando circularam ou foram produzidos, aproximando os pesquisadores da teia mais ampla em que permearam uma série de dinâmicas sociais e políticas subjacentes à constituição da memória negra.

A dinâmica de criação de metadados a partir de uma perspectiva antirracista se completa com a atenção dedicada ao vocabulário utilizado no processamento técnico para que sejam evitados termos vinculados a estereótipos ou descritores étnico-raciais exógenos às comunidades negras. Em seu lugar buscamos a inclusão de uma nomenclatura que contém significados para os membros das comunidades que produziram e guardaram a documentação, com particular atenção à terminologia das identidades étnico-raciais.

¹³ Como explica a Memória Institucional do Geledés, “O SOS-Racismo – Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial originou-se como a Seção Brasileira do SOS Racisme da França integrando o Programa de Direitos Humanos do Geledés”. Cf. <https://www.geledes.org.br/sos-racismo-de-geledes-memoria-institucional/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

Esta dimensão digital do projeto está ancorada nos acúmulos recentes do campo de estudos denominado humanidades digitais negras (*black digital humanities*) que surgiu dentro das humanidades digitais. Este último relaciona-se à importância assumida pelas novas formas de armazenamento, acesso, produção e representação dos conteúdos e do conhecimento no meio digital. Inclui projetos que, de alguma forma, utilizam a tecnologia e, para sua execução, demandam uma relação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento até então tendencialmente apartadas dos profissionais das Humanidades, principalmente a computação. Um dos principais eixos de sua definição prende-se ao desmantelamento de uma suposta neutralidade do suporte de registro da textualidade e da informação em geral. A longa história do impresso, que remonta a meados do século XV (quando houve a invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg na Alemanha), resultou em uma percepção neutra acerca do suporte material da cultura escrita. Segundo Burdick *et al*, esta longa estabilidade do impresso impediu que os profissionais da área das Ciências Humanas percebessem criticamente a materialidade de suas práticas envolvendo o processo de inscrição da informação nos suportes. Já no contexto digital as “transformações na materialidade da informação e nas tecnologias de mídias comunicacionais nos permite perceber que os meios não são neutros, mas parte do processo de criação de significados” (BURDICK *et al*, 2012: 83). Neste cenário, as novas ferramentas, técnicas e mídias que permeiam o trabalho dos profissionais de Humanas passaram a demandar a interrelação de saberes específicos, englobando, além da computação, áreas como design gráfico, estatística, engenharia de dados etc.

Kim Gallon, em seu ensaio "Making a case for the Black Digital Humanities", sublinhou a relevância das tecnologias de recuperação (*technology of recovery*) no campo das Humanidades Digitais enquanto parte de estratégias de visibilização da experiência humana de grupos marginalizados por meio de plataformas digitais, sobretudo na área de *Black Studies*. Em diálogo com Tara Mcpherson, Gallon argumenta ainda que, sem uma apreciação crítica do processo mais amplo em que se inserem, os projetos tendem a reproduzir no campo das Humanidades Digitais estruturas desiguais de poder, entre elas, a racialização de minorias (MCPHERSON, 2012: 139-160. ; GALLON, 2016) Nesse sentido, além de desvelar dimensões cruciais da história brasileira contemporânea por meio do enfoque na atuação dos movimentos sociais negros, o projeto traz impactos relevantes para esse campo de

diálogos e reflexões ao desenvolver políticas de preservação, digitalização, reflexão teórico-metodológica e divulgação de acervos que registram várias dimensões do protagonismo negro na história do Brasil.

Considerações finais

A relação entre arquivos e antirracismo é compreendida neste projeto em duas dimensões. Uma que considera o próprio gesto de incorporá-lo ao aparato arquivístico de como é o AEL/ Unicamp e a prática experimental de construção de um novo paradigma participativo para as práticas arquivísticas e tomadas de decisões, incluindo o processo de catalogação e plataforma de relação da instituição com os seus produtores e comunidades em que estavam inseridos. De nenhum modo, isso implica a desvalorização da ciência arquivística ou do saber e rigor técnico acumulado pelos arquivistas. Eles acompanham, instruem e participam de todas as etapas do projeto e o engajamento dos protagonistas dos movimentos sociais é traduzida em procedimentos arquivísticos de preservação, catalogação e difusão.

Ato contínuo, há os desdobramentos destas duas dimensões, que por um lado, fornecem insumos para a edificação e desenvolvimentos de agendas de pesquisas em diversas áreas das ciências humanas, formando novos quadros de pesquisadores versados nos fundos ora coletados. Por outro lado, o paradigma participativo dispara processos dentro do próprio ativismo antirracista, que irá traçar sua própria agenda de lutas em torno da memória. Isto fortalece a validade e legitimidade social das práticas arquivísticas.

As coleções, em síntese, nos possibilitam reimaginar o papel dos negros na história do país e o seu futuro. Neste sentido, preservar e garantir o acesso a estes acervos é parte de um projeto mais amplo de ressignificação do lugar da instituição arquivística nas políticas antirracistas.

Há uma história da cidadania brasileira, da luta por direitos, pela redemocratização e consolidação da democracia nos últimos 50 anos que pode ser narrada de uma outra forma com a reunião desses acervos, em razão de uma série de apagamentos produzidos tanto pela ignorância da existência desses materiais como pelas dinâmicas do racismo acadêmico. Mas também há uma história que

pode ser, efetivamente, apresentada para novas gerações, porque ainda não detalhada ou com falhas e lacunas, desconhecida mesmo por pesquisadores e ativistas antirracistas. Isso se dá pelos cuidados que essas organizações e seus intelectuais tiveram em cuidar de seus acervos, silenciar em momentos de maior adversidade política e preservar a transmissão apenas para poucos iniciados.

Como já escreveu o sociólogo Michael Pollak (HEINICH e POLLAK, 1986; POLLAK, 1989), a respeito das memórias subterrâneas oriundas dos sobreviventes dos campos de concentração, é necessário haver sensibilidade para compreender o silêncio daqueles que sobreviveram e condições sociais para escutá-los. Consideramos que, de certa maneira, ainda especialmente pelos anos recentes de desafios da democracia brasileira, talvez seja esta uma situação semelhante para ponderar sobre os sentidos da memória social e da preservação das experiências negras. Há um sentido de urgência que também permeia nossos interlocutores, que buscam no Arquivo Edgar Leuenroth um local de salvaguarda institucional, face aos ataques que os grupos políticos minoritários no Brasil têm sido alvo (mulheres, negros, LGBTTS, pessoas trans, trabalhadores etc.).

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao Cpdoc*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ARAÚJO, Ana Lucia. *Reparations for Slavery and the Slave Trade : a Transnational and Comparative History*. London : Bloomsbury Academic, 2017.

BARBOSA, Murilo. “A importância do direito à privacidade digital, redes sociais e extensão universitária.” *Fragmentos de Cultura, Goiânia*, v. 24 (dez. 2014): 89-97;

BERGIN, Cathy; RUPPRECHT, Anita. “History, Agency and the Representation of ‘Race’ – an Introduction.” *Race & Class* 57, no. 3 (January 2016): 3-17. <https://doi.org/10.1177/0306396815610229>.

BURDICK, Anne *et al.* *A short guide to the digital humanities*. Cambridge, Londres: MIT Press, 2012.

BUTTARELLI, Giovanni. “Privacy Matters: Updating Human Rights for the Digital Society.” *Health and Technology* 7, no. 4 (2017): 325–28. <https://doi.org/10.1007/s12553-017-0198-y>.

DOMINGUES, Petrônio. “Em defesa da Humanidade: a Associação Cultural do Negro.” *Dados* 61, n. 1 (2018): 171-211.

DOMINGUES, Petrônio. "Movimento Negro brasileiro. Alguns apontamentos históricos". *Tempo* 12, n. 23 (2007): 110-122.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Ática, vol. 2, 1978.

FLINN, Andrew. "Archival Activism: Independent and Community-led Archives, Radical Public History and the Heritage Professions." *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies* 7, n. 2 (2011). <https://escholarship.org/uc/item/9pt2490x>

GALLON, Kim. Making a case for the Black Digital Humanities. In Gold, Matthew K., and Lauren F. Klein, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2016.

GILLILAND, A. J; MCKEMMISH, S. "The Role of Participatory Archives in Furthering Human Rights, Reconciliation and Recovery." *Atlanti: Review for Modern Archival Theory and Practice*, 24 (2014). Retrieved from <https://escholarship.org/uc/item/346521tf>

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021.

GRIMM, Tracy B; NORIEGA, Chon A. "Documenting Regional Latino Arts and Culture: Case Studies for a Collaborative, Community-Oriented Approach." *The American Archivist* 76, no. 1 (2013): 95-112. Accessed March 26, 2021. <http://www.jstor.org/stable/43489651>.

HANCHARD, Michael. "Black Memory versus State Memory: Notes toward a Method." *Small Axe* 12, no. 2 (2008): 45-62. muse.jhu.edu/article/241117.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HOLTON, Adalaine. "Decolonizing History: Arthur Schomburg's Afrodiasporic Archive." *The Journal of African American History* 92, no. 2 (2007): 218-38. doi: <https://doi.org/10.1086/JAAHv92n2p218>

HUGHES-WATKINS, Lae'l. "Moving Toward a Reparative Archive: A Roadmap for a Holistic Approach to Disrupting Homogenous Histories in Academic Repositories and Creating Inclusive Spaces for Marginalized Voices." *Journal of Contemporary Archival Studies*: Vol. 5 , Article 6. Available at: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol5/iss1/6>

HUVILA, Isto. "Participatory Archive: Towards Decentralised Curation, Radical User Orientation, and Broader Contextualisation of Records Management." *Archival Science* 8, no. 1 (2008): 15–36. <https://doi.org/10.1007/s10502-008-9071-0>.

ISHMAEL, Hannah. "Reclaiming history: Arthur Schomburg", *Archives and Manuscripts*, 46:3 (2018), 269-288, p. 269. doi: 10.1080/01576895.2018.1559741

MCPHERSON, Tara. Why Are the Digital Humanities So White? or Thinking the Histories of Race and Computation. In Gold, Matthew, ed. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. pp. 139-160.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O mundo negro : Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas : FAPERJ, 2013.

POLLAK, Michael; HEINICH, Nathalie. "Le Temoignage". *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 62-63 (juin 1986): 3-29

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos* 2, n. 03 (1989): 03-15.

POOLE, Alex H. "The Strange Career of Jim Crow Archives: Race, Space, and History in the Mid-Twentieth-Century American South." *The American Archivist* 77, no. 1 (2014): 23-63. Accessed February 23, 2021. <http://www.jstor.org/stable/43489585>.

PRESCOD, Colin. "Archives, Race, Class and Rage." *Race & Class* 58, no. 4 (April 2017): 76–84. <https://doi.org/10.1177/0306396816686278>.

RIOS, Flavia. "Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado." PhD diss., Universidade de São Paulo, 2014.

SCHOMBURG, Arthur. "The Negro Digs Up His Past." *The Survey*, March 1 (1925): 670-672. p. 670.

SANTOS, Natália. "A voz e a palavra do movimento negro na assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos." Master diss., Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SILVA, Mário. "Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)". *Lua Nova*, n.85 (2012): 227-273. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000100007>.

SILVA, Mário. "Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960". *Análise Social* 52, n.225 (2017): 804-826.

SILVA, Mário. Preservar a memória negra e lutar contra a dupla morte. *Nexo jornal*, August 21, 2020. <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Preservar-a-mem%C3%B3ria-negra-e-lutar-contra-a-dupla-morte>

GRIMM, Tracy B.; NORIEGA, Chon A. "Documenting Regional Latino Arts and Culture: Case Studies for a Collaborative, Community-Oriented Approach." *The American Archivist* 76, no. 1 (2013): 95–112. <https://doi.org/10.17723/aarc.76.1.ph222324p1g157t7>.

WEXELBAUM, Rachel (Ed.). *Queers online: LGBT digital practices in libraries, archives, and museums*. Sacramento, CA : Litwin Books, 2015.

ZAMBRANO, Catalina. “Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)”. PhD diss., Universidade de São Paulo, 2017.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Aldair Rodrigues

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2012). Professor do Departamento de História da UNICAMP-Brasil. Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth. Correio eletrônico: aldair16@unicamp.br

Mário Augusto Medeiros da Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Sociologia da UNICAMP-Brasil. Diretor Adjunto do Arquivo Edgar Leuenroth - AEL/Unicamp. Correio eletrônico:mariomed@unicamp.br

Paulo César Ramos

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2021). Coordenador do projeto de pesquisa, formação e mobilização Reconexão Periferias e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Correio eletrônico: ramos.pauloc@gmail.com

Recebido em: 26 de outubro de 2022
Aprovado em: 17 de novembro de 2022
Publicado em: 27 de dezembro de 2022